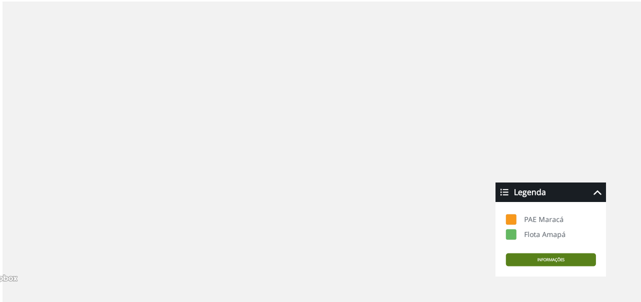
1° Lugar. Comunicação Local REGRAD ,Ed . Especial - Parceria INAC UNIVEM ,p ,dezembro de 2025 5° edição Prêmio Não Aceito Corrupção 171

Exploração madeireira articulada por Alcolumbre no Amapá viola direito de extrativistas e beneficia empresas

Manejo florestal no Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá deveria ser comunitário e sustentável, mas teve gestão dominada pela madeireira TW Forest, que opera extração por meio de outras duas empresas. Técnicos do Incra e do órgão ambiental do estado alertaram sobre caráter empresarial e riscos socioambientais, mas projeto foi aprovado após assinatura de superintendente ligado a Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A liberação de um projeto para exploração de madeira no Projeto Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá, no Amapá, violou direitos de extrativistas e privilegiou um grupo de empresários locais ligados à TW Forest, companhia que assumiu a gestão do manejo apesar de três pareceres técnicos contrários, dois do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e um da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Os documentos apontaram viés "empresarial" do projeto, que deveria ser comunitário, além de riscos de danos socioambientais e econômicos, incluindo o esgotamento de recursos florestais para os assentados.

No ano passado, a empresa assumiu todas as etapas do manejo de uma área de 172 mil hectares do PAE Maracá, no município de Mazagão. O domínio da gestão por parte da TW Forest ocorreu de forma indireta, por meio de contratos de exclusividade entre a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá (ATEXMA) e duas empresas ligadas à madeireira: a Eco Forte e a Norte Serviços Ambientais, ambas com CNPJs vinculados a diretores da TW Forest. Por ser a entidade que representa todo o PAE Maracá, a ATEXMA é a titular do projeto de manejo. Por lei, nesse tipo de assentamento, não é permitida a exploração direta por empresas — por isso, a necessidade de parceria entre assentados e o setor privado.



Em janeiro de 2021, antes mesmo de obter a Autorização de Exploração Florestal (Autex) para o projeto de manejo, a associação ATEXMA assinou contratos com a Eco Forte para compra da madeira extraída na área do assentamento, e com a Norte Serviços Florestais para o corte e o transporte.

A Norte Serviços Florestais está registrada em nome de Loane Marques Fernandes, esposa de Obed Lima Corrêa. Ele ocupou cargos de confiança no setor de licenciamento da SEMA do Amapá até 2019, quando deixou o serviço público para atuar como **gerente de licenciamento da TW Forest**. Segundo **dados da Receita Federal**, a Norte funciona no endereço da TW Forest, com o mesmo telefone e o mesmo email. Além de atuar na TW Forest, Obed mantém contrato com a ATEXMA para assinar documentos como responsável técnico do projeto de manejo e prestar assessoria.

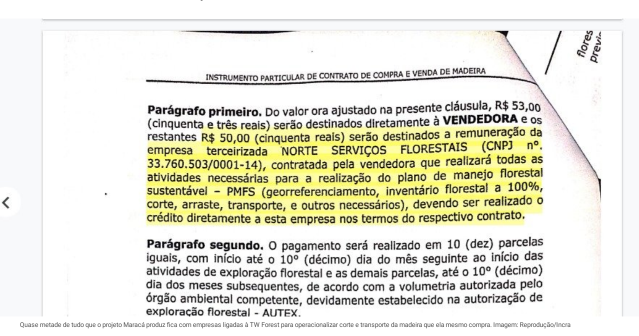
Placa que delimita início da área de exploração no PAE Maracá. O responsável técnico pelo projeto é Obed Corrêa, diretor da TW Forest. Foto: Max Renê/Governo do Amapá

Já a Eco Forte Bioenergia, que tem sede em Mogi das Cruzes (SP), é sócia da TW Forest no negócio madeireiro por meio de uma filial no Amapá, comandada por Wellington Rogério Conci, que também atua como diretor executivo na TW Forest.

Dessa forma, por meio das duas empresas, a TW Forest controla toda a cadeia de produção do assentamento, do corte à venda da madeira com "viés empresarial da atividade proposta, sem garantias da sustentabilidade econômica e social dos beneficiários do PAE Maracá", segundo apontou **parecer da área técnica do Incra** em fevereiro de 2023.

Os contratos firmados em 2021 entre as duas empresas e a associação de extrativistas já traziam as delimitações do projeto, como o prazo de execução e a intensidade máxima de exploração, mesmo antes da aprovação do plano de manejo, concluído em setembro de 2023. O acordo prevê que as empresas ligadas à TW Forest devem adquirir R$ 401 milhões em toras da ATEXMA pelo valor de R$ 103 o metro cúbico.

O acordo define, no entanto, que praticamente metade do valor que a Eco Forte paga pelo metro cúbico, R$ 50, fica com a Norte, pelo serviço de corte e transporte da madeira na área do manejo, e os outros R$ 53 são destinados para a associação dos extrativistas. Com isso, estima-se que a empresa registrada no nome da esposa do gerente da TW fature R$ 194 milhões com o contrato. Enquanto R$ 206 milhões ficarão com a associação ATEXMA.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MADEIRA

Parágrafo primeiro. Do valor ora ajustado na presente cláusula, R$ 53,00 (cinquenta e três reais) serão destinados diretamente à **VENDEDORA** e os restantes R$ 50,00 (cinquenta reais) serão destinados a remuneração da empresa terceirizada NORTE SERVIÇOS FLORESTAIS (CNPJ nº. 33.760.503/0001-14), contratada pela vendedora que realizará todas as atividades necessárias para a realização do plano de manejo florestal sustentável – PMFS (georreferenciamento, inventário florestal a 100%, corte, arraste, transporte, e outros necessários), devendo ser realizado o crédito diretamente a esta empresa nos termos do respectivo contrato.

Parágrafo segundo. O pagamento será realizado em 10 (dez) parcelas iguais, com início até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao início das atividades de exploração florestal e as demais parcelas, até o 10º (décimo) dia dos meses subsequentes, de acordo com a volumetria autorizada pelo órgão ambiental competente, devidamente estabelecido na autorização de exploração florestal - AUTEX.

Quase metade de tudo que o projeto Maracá produz fica com empresas ligadas à TW Forest para operacionalizar corte e transporte da madeira que ela mesmo compra. Imagem: Reprodução/Incra

Articulação de Alcolumbre

No sábado (9), **reportagem da Folha de S. Paulo** mostrou que o senador Davi Alcolumbre (União Brasi – AP) articulou para a liberação do projeto de manejo no PAE Maracá junto ao Incra do Amapá, e destacou o histórico de multas ambientais da TW Forest (***leia em TW Forest instalou fábrica em APP***) e o atropelo no órgão agrário.

A **InfoAmazonia** apurou que o projeto aguardava anuência do Incra desde 2021, quando a associação assinou os contratos com a Eco Forte e a Norte e enviou o pedido de manejo florestal ao órgão. A pressa para aprovação, segundo fontes no Incra, aumentou após a eleição de 2022, com a vitória do presidente Lula (PT), e a possível troca de cargos na autarquia federal no Amapá.

Com dificuldades em aprovar o projeto na área técnica, que apontou inconsistências na proposta apresentada, o superintendente do Incra no Amapá, Fábio Muniz, indicado político de Alcolumbre ao cargo, atropelou os pareceres contrários e deu anuência para o projeto em março de 2023. Em maio, **Muniz foi exonerado**.

Governador do Amapá, Clécio Luís (esquerda) e senador Davi Alcolumbre (direita) na fábrica da TW Forest, instalada em uma área de preservação permanente que foi desmatada para construção da serraria. Foto: Divulgação/Governo do Amapá

O rito incomum de tramitação foi relatado à reportagem por servidores no órgão ambiental do estado, a SEMA, onde a equipe técnica encarregada da avaliação ambiental também foi substituída depois de dar parecer negativo para o empreendimento. Em **junho de 2023**, uma nova comissão foi nomeada e conduziu a análise e aprovou o licenciamento florestal.

Em resposta à **InfoAmazonia**, a assessoria de imprensa da SEMA justificou que o grupo foi destituído por não ter analisado o plano de manejo "conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 3325/2013, que regula a exploração florestal, pela Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) e pela Norma de Execução nº 01/04/2007 do IBAMA".

O órgão contesta a recomendação para elaboração de EIA/Rima, dizendo ser "um procedimento de licenciamento ambiental que foi substituído pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável há cinquenta e nove anos". No entanto, segundo explicado pela equipe técnica nos pareceres, a necessidade de estudos de impacto se deve à "inovação trazida pela ATEXMA", que não se enquadra em "condições de exploração madeireira de baixo impacto". Por fim, a secretaria informou que o projeto aprovado possui "condicionantes a serem cumpridas que estão sendo monitoradas pela SEMA", mas não detalhou quais são essas condicionantes.

O projeto de manejo está em operação desde setembro do ano passado, quando o governo do estado fez a entrega da Autorização de Exploração Florestal (Autex) à associação extrativista, em evento que contou com a presença do governador Clécio Luís (Solidariedade) e do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que mais recentemente passou a apoiar o PAE Maracá. Alcolumbre disse que não poderia estar no evento, mas que foi representado pelo "amigo e governador do Amapá [Clécio Luís]".

Nas redes, Alcolumbre diz que a exploração de madeira no Maracá é "o maior plano de manejo florestal sustentável do país", afirmando que seu mandato "articulou" a aprovação do projeto junto ao Incra.

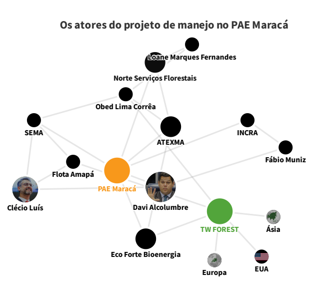
Alcolumbre disse em suas redes que articulou liberação para o projeto de manejo do PAE Maracá. O senador é um dos principais apoiadores políticos do projeto. Imagem: Reprodução/Facebook

Em janeiro deste ano, Alcolumbre visitou pessoalmente a fábrica da TW Forest em Mazagão, que foi construída em uma Área de Preservação Permanente (APP) às margens do rio Vila Nova, e conheceu o local de extração da madeira. "Isso aqui é um projeto de manejo sustentável para as famílias que vivem aqui no Maracá", **afirmou Alcolumbre** durante a visita.

O governador Clécio Luís anunciou que **pretende abrir novas concessões de manejo florestal** em florestas públicas no estado. A promessa divulgada pelos meios de comunicação locais só foi possível graças a um decreto assinado por Alcolumbre em 2019, quando **assumiu a presidência da República** interinamente e assinou a transferência de oito glebas de terras públicas da União para a titularidade do estado do Amapá.

Em nota, Alcolumbre informou que "tem participado ativamente das ações necessárias para um amplo debate entre as autoridades federais, estaduais e municipais envolvidas e defendido a participação fundamental dos órgãos ambientais e de fiscalização para que cumpram seu papel técnico e adotem as medidas necessárias para impedir eventuais irregularidades com a sua punição nos rigores da lei". O senador não respondeu sobre que tipo de articulação realizou para a liberação do projeto junto ao Incra.

Os atores do projeto de manejo no PAE Maracá



Elaboração: Fábio Bispo/InfoAmazonia

Falta transparência no Bolsa Floresta

O projeto de manejo no PAE Maracá ganhou **ares de programa de governo** por meio do chamado Bolsa Floresta, que distribui o lucro da venda da madeira que vai para a ATEXMA para 1.013 famílias, que recebem mensalmente R$ 1.058 cada família.

No entanto, moradores ouvidos pela reportagem reclamam da falta de transparência sobre os valores arrecadados e distribuídos, e dizem que o projeto de manejo não foi discutido na comunidade. As famílias beneficiadas no Bolsa Floresta são selecionadas pela associação ATEXMA, mas, "sem critérios claros", afirma Crispim de Souza, 58 anos, presidente da Associação dos Castanheiros e Agricultores do Maracá. Quase mil famílias que vivem no assentamento não recebem o benefício.

"Não fomos chamados para discutir o projeto, fizeram tudo por baixo dos panos e quando apresentaram já estava tudo acordado", contou Crispim.

> Não fomos chamados para discutir o projeto, fizeram tudo por baixo dos panos e quando apresentaram já estava tudo acordado.
>
> — Crispim de Souza, presidente da Associação dos Castanheiros e Agricultores do Maracá

Senador Alcolumbre é um dos maiores apoiadores do projeto madeireiro no PAE Maracá. Imagem: Reprodução/Instagram

Esse mesmo grupo de moradores disse que foi impedido de participar do evento com as autoridades que entregaram as autorizações de corte para a ATEXMA. A Polícia Militar estava no local e só permitiu a entrada de pessoas autorizadas, segundo relataram.

Em um vídeo compartilhado com a reportagem, os moradores impedidos de entrar no evento aparecem cercando o promotor público de Mazagão, Marco Valério Vale dos Santos, para denunciar as irregularidades no projeto madeireiro, mas não foram ouvidos: "Reclamação, agora, na segunda-feira, por escrito, lá na Promotoria", afirmou Valério aos moradores.

Enquanto o promotor concedia entrevistas para as emissoras locais, os moradores denunciavam a falta de assembleias para debater o assunto.

Executivos da TW Forest e Eco Forte acompanharam o senador Alcolumbre e o Governador Clécio Luís em visita na área de extração no PAE Maracá. Foto: Israel Cardoso/Governo do Amapá

O extrativista Ezequias Rosa Vieira, assentado do PAE Maracá e autor de denúncias enviadas ao Ministérios Público Federal e Estadual, Polícia Federal, Ibama e ao próprio Incra, diz que o modelo empresarial do projeto pode prejudicar as atividades sustentáveis dos extrativistas, e reclama da falta de transparência do projeto implantado.

"O projeto está nas áreas dos castanhais, nós queríamos ao menos ter direito a discutir e ter acesso ao que está sendo feito. Eu sou filho do Maracá, meu pai e meu avô nasceram aqui, mas não tivemos direito de falar. Ninguém sabe quanto estão arrecadando com a venda da madeira, nem quanto de madeira estão tirando da nossa floresta", afirma Vieira.

O extrativista fala em "pressão política" sobre a diretoria da associação ATEXMA, que é presidida por Rogério Chucre Flexa, morador do assentamento, há quase 20 anos. "Ele dominou a diretoria e excluiu os demais moradores do assentamento da tomada de decisão. O correto seria a associação recolher o dinheiro da madeira e dividir em partes iguais para todos os assentados. Esse negócio de Bolsa Floresta acaba confundindo as pessoas, que pensam que é um programa social do governo, mas não é", emenda Vieira.

> Ele dominou a diretoria e excluiu os demais moradores do assentamento da tomada de decisão. O correto seria a associação recolher o dinheiro da madeira e dividir em partes iguais para todos os assentados. Esse negócio de Bolsa Floresta acaba confundindo as pessoas, que pensam que é um programa social do governo, mas não é.
>
> — Ezequias Rosa Vieira, assentado do PAE Maracá

Todos os meses, o presidente da ATEXMA **anuncia o pagamento da Bolsa Floresta nas redes sociais** ao lado do diretor financeiro da associação, Francisco Santos, que é pré-candidato à prefeitura de Mazagão pelo PDT.

A reportagem entrou em contato com o presidente da ATEXMA, Rogério Chucre Flexa, por telefone, mas ele não quis se manifestar. Obed Lima Corrêa também não respondeu nossas mensagens e ligações. Não conseguimos contato com Loane Fernandes.

Empresas pretendem extrair toda madeira disponível em 14 anos

Um Projeto de Assentamento Extrativista visa promover uma reforma agrária ecológica, regularizando a situação fundiária para a população extrativista e introduzindo a dimensão da importância da proteção ambiental. Por se tratar de área coletiva, um assentamento onde 1.993 famílias vivem principalmente da coleta e beneficiamento da castanha, os técnicos do Incra e da SEMA são enfáticos ao apontar que o caráter empresarial da proposta contraria as regras para manejo florestal em áreas coletivas, que são considerados na **Instrução Normativa 65/2010**, do Incra, como "assentamentos diferenciados" onde "somente será admitido manejo florestal comunitário".

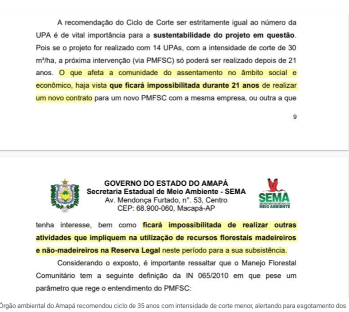
A norma estabelece que a gestão dos projetos precisa ser exercida de forma exclusiva pelas famílias assentadas e "deverá ser acatada em assembleia geral dos beneficiários e confirmada por meio de ata devidamente assinada por todos os participantes", o que, segundo os representantes dos dois órgãos, não ocorreu.

Além disso, o plano apresentado e aprovado prevê exploração com intensidade máxima de corte de madeira por 14 anos e em unidades de trabalho (UT) com mais de 8 mil hectares, 80 vezes maiores do que recomendou a SEMA. A orientação do órgão para garantir sustentabilidade e baixo impacto ambiental indicava unidades de trabalho de até 100 hectares em um prazo de 35 anos de manejo.

Com isso, as empresas pretendem extrair 3,8 milhões de metros cúbicos de toras da área do PAE em 14 anos, esgotando a possibilidade de continuidade do projeto naquela região, que segundo os técnicos da SEMA, só poderia ser retomada após a recomposição das espécies ao fim do ciclo de 35 anos. Assim, **em uma nota técnica** de junho de 2023, o órgão ambiental estadual recomendou a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) mais detalhado devido à "inovação trazida pela ATEXMA com UT única 80 vezes maior do que o recomendado em norma".

A SEMA alertou, ainda, para a escassez de recursos florestais no assentamento após o término da exploração, já que, com essa intensidade máxima de corte, a comunidade não poderá fazer nova exploração na área durante 21 anos: "[A comunidade] ficará impossibilitada de realizar outras atividades que impliquem na utilização de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros na Reserva Legal neste período para a sua subsistência", diz trecho do parecer.

As orientações técnicas da SEMA não foram acatadas e o projeto foi aprovado pelos gestores em setembro de 2023 da mesma forma como foi apresentado pela ATEXMA, que é a detentora das licenças para o manejo, com intensidade máxima de corte.



A recomendação do Ciclo de Corte ser estritamente igual ao número da UPA é de vital importância para a **sustentabilidade do projeto em questão**. Pois se o projeto for realizado com 14 UPAs, com a intensidade de corte de 30 m³/ha, a próxima intervenção (via PMFSC) só poderá ser realizado depois de 21 anos. O que afeta a comunidade do assentamento no âmbito social e econômico, haja vista **que ficará impossibilitada durante 21 anos** de realizar um novo contrato para um novo PMFSC com a mesma empresa, ou outra a que

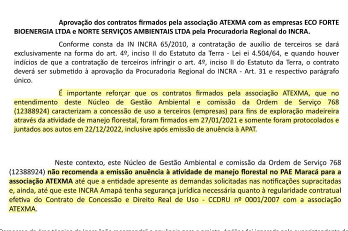
9

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA
Av. Mendonça Furtado, n°. 53, Centro
CEP: 68.900-060, Macapá-AP

tenha interesse, bem como **ficará impossibilitada de realizar outras atividades que impliquem na utilização de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros na Reserva Legal** neste período para a sua subsistência.

Considerando o exposto, é importante ressaltar que o Manejo Florestal Comunitário tem a seguinte definição da IN 065/2010 em que pese um parâmetro que rege o entendimento do PMFSC:

Órgão ambiental do Amapá recomendou ciclo de 35 anos com intensidade de corte menor, alertando para esgotamento dos recursos florestais na área do assentamento em 14 anos. Imagem: Reprodução/SEMA



Aprovação dos contratos firmados pela associação ATEXMA com as empresas ECO FORTE BIOENERGIA LTDA e NORTE SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA pela Procuradoria Regional do INCRA.

Conforme consta da IN INCRA 65/2010, a contratação de auxílio de terceiros se dará exclusivamente na forma do art. 4º, inciso II do Estatuto da Terra - Lei ei 4.504/64, e quando houver indícios de que a contratação de terceiros infringir o art. 4º, inciso II do Estatuto da Terra, o contrato deverá ser submetido à aprovação da Procuradoria Regional do INCRA - Art. 31 e respectivo parágrafo único.

É importante reforçar que os contratos firmados pela associação ATEXMA, que no entendimento deste Núcleo de Gestão Ambiental e comissão da Ordem de Serviço 768 (12388924) caracterizam a concessão de uso a terceiros (empresas) para fins de exploração madeireira através da atividade de manejo florestal, foram firmados em 27/01/2021 e somente foram protocolados e juntados aos autos em 22/12/2022, inclusive após emissão de anuência à APAT.

Neste contexto, este Núcleo de Gestão Ambiental e comissão da Ordem de Serviço 768 (12388924) **não recomenda a emissão anuência à atividade de manejo florestal no PAE Maracá para a associação ATEXMA** até que a entidade apresente as demandas solicitadas nas notificações supracitadas e, ainda, até que este INCRA Amapá tenha segurança jurídica necessária quanto à regularidade contratual efetiva do Contrato de Concessão e Direito Real de Uso - CCDRU nº 0001/2007 com a associação ATEXMA.

Pareceres da área técnica do Incra "não recomenda" a anuência para o projeto. Análise foi ignorada pelo superintendente do órgão. Imagem: Reprodução/Incra

TW Forest instalou fábrica em APP

A TW Forest exporta sua madeira para Europa, Ásia, Estados Unidos e Oceania. Desde 2016, explora madeira em florestas públicas no Amapá, quando obteve uma concessão para uma área de 67 mil hectares dentro da Floresta Estadual do Amapá (Flota do Amapá), que faz fronteira com o assentamento Maracá. Naquela época, a empresa tentou expandir suas operações para a área adjacente, mas foi alertada sobre a necessidade de obter autorização do Incra.

Relatórios de vistoria da SEMA apontam irregularidades da madeireira na operação do manejo na Flota, como suspeitas de derrubada de árvores de alto valor não incluídas no licenciamento e fora da área autorizada, assoreamento de igarapés e corte de espécies que não foram aproveitadas por falta de estudos adequados e acabaram sendo abandonadas nas estradas. A empresa também teria alterado o projeto de uma estrada na área sem autorização.

Em 2019, a TW Forest também teria **desmatado ilegalmente** uma área de preservação permanente (APP) e área de reserva legal (ARL) para construir uma serraria e um porto para embarque de madeira às margens do rio Vila Nova, onde atualmente está a sede da sua fábrica que processa madeira extraída da Flota e do PAE Maracá. A obra tinha licenciamento ambiental, mas, segundo o relatório, a autorização foi emitida em desacordo com a legislação ambiental.

A área desmatada pela empresa abrigava exemplares de angelim-vermelho e pau-mulato, espécies nativas da Amazônia. Toda a estrutura foi construída sobre a APP, deixando apenas uma faixa de mata de dois metros entre seu pátio e o rio. A área técnica fez recomendações à presidência do órgão ambiental do estado e pediu "que o empreendedor seja responsabilizado por realizar desmatamento em ARL e APP" e pediu uma "sindicância para verificar os procedimentos adotados para a liberação da ASV [Autorização de Supressão Vegetal] e do licenciamento ambiental".

Entre 2022 e 2023, a TW Forest foi multada seis vezes pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), por armazenar e vender madeira sem documento de origem florestal (DOF) e por exportar madeira sem autorização dos órgãos competentes.

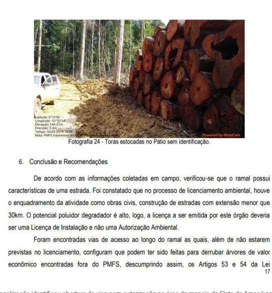
De acordo com informações do Painel de Produção Madeireira do Ibama, o projeto de manejo do PAE Maracá já negociou 119.625,75 m³ de madeira extraídas do assentamento que foram destinados para a empresa Eco Forte Bioenergia.

Em resposta à **InfoAmazonina** (**leia nota na íntegra**), a Eco Forte/TW Forest afirmou que "a empresa jamais foi autuada por extração ilegal de madeira" e que "as únicas quatro multas do IBAMA que recebeu em seus 20 anos de existência se referiram a falhas documentais que foram sanadas". A empresa também afirma que "os valores pagos pela Eco Forte vão diretamente para a ATEXMA, que é responsável pela gestão, homologada pelo INCRA, para a distribuição dos recursos de forma igualitária a todos os beneficiados".

Apesar do histórico, a assessoria da SEMA do Amapá informou que "a TW Forest apresenta um histórico ambiental conforme às normas, regularmente cumprindo com as exigências das autorizações concedidas, aderindo à legislação ambiental aplicável". Sobre as multas ambientais do Ibama, o órgão afirma que são "apenas quatro multas" e que "uma vistoria subsequente realizada em conjunto pelo Ibama de Brasília e pela SEMA/AP não verificou quaisquer irregularidades".

Sobre a estrutura da TW Forest construída em uma APP, a secretaria afirma que "tanto a indústria quanto o pátio de estocagem às margens do rio Vila Nova obtiveram licenciamento pela SEMA em 2019. A empresa foi notificada e multada, e o processo referente à multa encontra-se em fase administrativa, em processo de recurso".

O Ibama informou que não é responsável pela fiscalização das operações das empresas na Flota ou no PAE Maracá, que "são de competência estadual e foram licenciados e autorizados pela SEMA/AP. O Ibama é competente no controle da origem da madeira integrado no sistema federal".



Fotografia 24 - Toras estocadas no Pátio sem identificação.

6. Conclusão e Recomendações

De acordo com as informações coletadas em campo, verificou-se que o ramal possui características de uma estrada. Foi constatado que no processo de licenciamento ambiental, houve o enquadramento da atividade como obras civis, construção de estradas com extensão menor que 30km. O potencial poluidor degradador é alto, logo, a licença a ser emitida por este órgão deveria ser uma Licença de Instalação e não uma Autorização Ambiental.

Foram encontradas vias de acesso ao longo do ramal as quais, além de não estarem previstas no licenciamento, configuram que podem ter sido feitas para derrubar árvores de valor econômico encontradas fora do PMFS, descumprindo assim, os Artigos 53 e 54 da Lei

17

Relatório de fiscalização identificou abertura de vias sem autorização na área do manejo da Flota do Amapá com indícios de corte de árvores não licenciadas. Imagem: Reprodução/SEMA

A superintendência do Incra no Amapá confirmou que as manifestações técnicas dos servidores efetivos do órgão "recomendaram expressamente para que não fosse concedida a segunda e última anuência à execução do plano de manejo. Apesar do alerta, ocorreu a anuência, por parte da gestão anterior da Superintendência do Incra no Amapá", respondeu em nota.

A superintendência informou que criou comissão constituída de engenheiros florestais do núcleo de meio ambiente do Incra no Amapá e está prevista uma diligência para vistoria técnica.

O Ministério Público do Amapá informou que instaurou uma notícia de fato para apurar as denúncias sobre a aprovação do projeto no PAE Maracá.

No local está sendo construído um galpão, onde será a serraria (Fotografia 4). A serraria possui autorização ambiental emitida pelo IMAP, através da Licença de Instalação N° 006/2019.

Fotografia 4 - Galpão para instalação da serraria em fase construção.
Fonte: Vistoria IMAP/DEMA, 04/06/2019.

Galpão para armazenar e serrar madeira da TW Forest foi construído em área de preservação permanente, segundo órgão ambiental do estado. Imagem: Reprodução/SEMA

MARCADO:

assentamento | extração de madeira | manejo florestal | Senado Federal

SOBRE O AUTOR

Fábio Bispo

Repórter investigativo da InfoAmazonia, em parceria com a Report for the World, que combina redações locais com jornalistas emergentes para reportar sobre questões pouco cobertas em todo o mundo. Ele... Mais por Fábio Bispo

4 COMENTÁRIOS ENCONTRADOS. VER COMENTÁRIOS

POSTS RELACIONADOS

Incra do Amapá vai rever projeto de manejo articulado por Alcolumbre em assentamento extrativista

março 20, 2024

Atual superintendente do órgão agrário confirma à InfoAmazonia que projeto madeireiro no Assentamento Agroextrativista Maracá 'tinha pareceres contrários da área técnica que não foram observados pela antiga gestão', e promete revisão da aprovação e da operação do manejo, que deve ser administrado de forma comunitária com sustentabilidade ambiental.

Incra volta atrás e libera projeto madeireiro com suspeitas de irregularidades em assentamento no Amapá

agosto 8, 2024

O governador do estado, Clécio Luís, defensor do projeto, reuniu-se com a cúpula do órgão agrário em Brasília dias antes da nova liberação do manejo no Projeto de Assentamento Agroextrativista Maracá. A operação havia sido suspensa em junho deste ano após denúncias de irregularidades na contratação de empresas que extraem madeira no local.

Incra suspende projeto madeireiro articulado por Alcolumbre em assentamento extrativista no Amapá

junho 19, 2024

Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá prevê a realização do manejo de 172 mil hectares de floresta de forma sustentável, mas a Procuradoria do órgão federal afirma que os contratos firmados com as madeireiras não contaram com a participação da comunidade extrativista e descumprem o caráter comunitário do projeto.

O FATOR
Apuração. Informação. Opinião.

Vereador eleito em BH mora em São Paulo e é de família ‘caça-mandato’

Lucas Ganem usa sobrenome do primo, deputado federal por São Paulo, e só mudou o domicílio eleitoral para BH em fevereiro

Lucas Ragazzi **Guilherme Peixoto**

- Publicado 16/10/2024
- 07:48

O novo vereador de Belo Horizonte é só um dos quase 10 'Ganem' no mundo político pelo país. Foto: Reprodução/Redes

Os Ganem são uma família muito unida. Primeiro do grupo a se aventurar na política, o deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) tem orgulho de ostentar nas redes sociais que elegeu quatro vereadores Brasil afora, todos com o “sobrenome” Ganem. A mãe do parlamentar, a deputada estadual paulista Clarice Ganem (Podemos), também comemora pelas redes a vitória da cunhada, Simone Ganem, do mesmo partido, que ocupará uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo a partir de janeiro. O filho de Simone foi outro a dar motivos para celebração. Lucas Ganem (Podemos) foi eleito vereador em Belo Horizonte depois de conquistar mais de 10 mil votos, mesmo morando em São Paulo e sem nunca ter vivido na capital mineira, conforme indicam os sistemas de informação de órgãos públicos dos dois estados, que não o associam a nenhum endereço em BH, mas sim à locais na capital paulista.

Nascido e criado em São Paulo, entre a capital do estado e Indaiatuba, Lucas do Carmo Navarro tem 28 anos e é formado em publicidade pela Unip. Entre fevereiro de 2022 e abril de 2023, atuou como assessor comissionado na Câmara Municipal de Indaiatuba, reduto onde os Ganem criaram raízes políticas. Tanto ele quanto a mãe, agora vereadora de São Paulo, não possuem o sobrenome reconhecido dos familiares: Simone é casada com um irmão de Clarice, tio de Bruno, e, assim como Lucas, "herdou" o nome para ser utilizado nas urnas. Mesmo com candidatos em diversas cidades, os laços com Indaiatuba permanecem: neste ano, Bruno concorreu à prefeitura da cidade, mas terminou na segunda colocação — o município não tem segundo turno.

As redes sociais pessoais do novo vereador de Belo Horizonte exibem pouco do perfil ideológico do futuro integrante do Legislativo. As exceções foram durante as eleições de 2018 e 2022, quando publicou imagens de apoio ao primo, Bruno, e à tia, Clarice. O perfil de Lucas Ganem indica, no entanto, a pouca familiaridade com a capital mineira. A primeira menção à BH nas redes do parlamentar eleito aparece somente em agosto de 2023, com uma foto dele carregando um cachorro no quintal de uma casa. A imagem foi publicada com a localização "Belo Horizante (sic), Minas Gerais, Brazil".

De onde, para onde

Lucas Ganem também é um desconhecido dos sistemas de informação dos órgãos de Minas Gerais. Seja em registros policiais ou de informações digitais do governo estadual, nunca registrou ou figurou em qualquer ocorrência – e nem em qualquer outro procedimento documental, que envolva uma instituição pública mineira. Também não está ligado a nenhum endereço no estado. Além disso, teve sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) emitida em São Paulo, em junho deste ano, com endereço também registrado na capital paulista, em uma casa na Vila Prudente.

Depois da curta passagem como servidor comissionado na Prefeitura de Indaiatuba, Lucas passou a atuar como coordenador de Assistência Social do Grupo Executivo de Assistência Patronal (Geap), uma operadora de planos de saúde voltada exclusivamente para servidores públicos.

A Geap tem sido alvo de críticas por supostamente ter se tornado um reduto de indicados de parlamentares do Podemos. Recentemente, o Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP) denunciou, em publicações nas redes sociais, a contratação de pessoas indicadas pelo partido, para áreas de direção da entidade. Procurada por **O Fator**, a direção nacional do Podemos classificou a acusação como "leviana e irresponsável". Em novembro de 2023, Lucas Ganem, ainda chamado por seu nome de batismo, Lucas Navarro, participou de negociações do Geap do Paraná com a Prefeitura de Quatro Barras, na região leste paranaense. Segundo o SINSSP, a diretoria do Geap-PR teve seu diretor indicado pelo deputado federal Bruno Ganem.

A casa

Apesar de ter crescido e trabalhado fora de Minas, Lucas Ganem registrou domicílio eleitoral em Belo Horizonte, em 19 de fevereiro deste ano. O endereço indicado pelo vereador eleito é uma casa geminada no bairro Trevo, na região da Pampulha. O imóvel, segundo apuração de **O Fator**, está registrado em nome do representante do Geap em Minas Gerais, o empresário Grijalva de Carvalho Lage Duarte Junior.
A reportagem foi até a residência registrada por Lucas, em Belo Horizonte, na tarde desta terça-feira (15). Ninguém atendeu ao interfone durante de 25 minutos. Procurado, o empresário Grijalva Duarte Júnior afirmou, por mensagem, que a reportagem deveria contactar Lucas Ganem.

A Justiça Eleitoral estabeleceu o dia 6 de abril como data-limite para a troca de domicílio de voto — e candidatura. Lucas, portanto, transferiu o título de eleitor para a capital mineira dois meses antes do fim do prazo. Vereadores com mandato em BH, entretanto, precisam cumprir outro requisito, explica o advogado Jorge Washington Cançado, especialista em Direito Público e Eleitoral.

“O Direito Eleitoral permite que os eleitores votem onde tenham vínculos reais, ainda que não sejam no município de sua moradia, na tentativa de eliminar possíveis injustiças a quem queira lançar candidatura em local diverso de onde mora, mas que a ele esteja vinculado e viabilizar a organização das eleições. No entanto, no caso de Belo Horizonte, a Lei Orgânica prevê que o vereador deve comprovar residência no município. Caso contrário, poderá ter o mandato questionado”, assinala.

Estratégia

Apesar da curiosidade pela falta de vínculos claros entre Belo Horizonte e Lucas Ganem, a candidatura do vereador eleito não é ilegal. Aliás, o Ministério Público Eleitoral (MPE), durante o processo de registro, deu parecer favorável à candidatura, indicando que toda a documentação do paulistano estava em conformidade com a legislação. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) deferiu a candidatura na sequência.

Mesmo sem ser belo-horizontino de nascimento ou ter criado identidade com a cidade ao longo dos últimos anos, Lucas Ganem ultrapassou a barreira dos 10 mil votos — marca que apenas 17 dos 41 escolhidos para a nova composição da Câmara Municipal alcançaram nas urnas.
A boa votação deixa cidadãos afeitos à política impressionados. A tática dos Ganem, aliás, impressiona mesmo, principalmente no uso das redes sociais. Cada “candidato Ganem” cria três contas temáticas no Instagram: as mais comuns são de perfis usados para publicações voltadas para a

“causa animal”. Há, ainda, perfis direcionados à saúde mental e segurança pública.

As imagens publicadas nas contas são as mesmas, com exceção das assinaturas dos nomes de cada candidato. Lucas, Clarice e os outros candidatos da “família Ganem” publicam, nos mesmos dias, as mesmas imagens com mensagens motivacionais e em defesa das pautas estabelecidas em cada perfil temático. Outro ponto em comum é a divulgação de abaixo-assinados em defesa desses temas. Acessando o link, o internauta se depara com o pedido para inscrever o nome e o telefone para concordar com o pleito – criando-se, a partir dali, um grande banco de dados que pode ser de grande valia em uma eleição.

Os “adotados”

Além de Lucas e Simone, os Ganem também elegeram outros dois vereadores: os assessores Rodolfo Antonio Lima de Oliveira e Hebert Garaganani. Rodolfo foi eleito vereador em Sorocaba, enquanto Hebert irá ocupar uma vaga na Câmara Municipal de Campinas. Como reza a tradição do clã, ambos “abandonaram” o sobrenome de batismo para adotar a alcunha Ganem.

Tanto Rodolfo quanto Hebert atuam no grupo político familiar há algum tempo. Os dois já passaram por cargos de assessoria nos gabinetes de Bruno Ganem e também de Clarice Ganem.

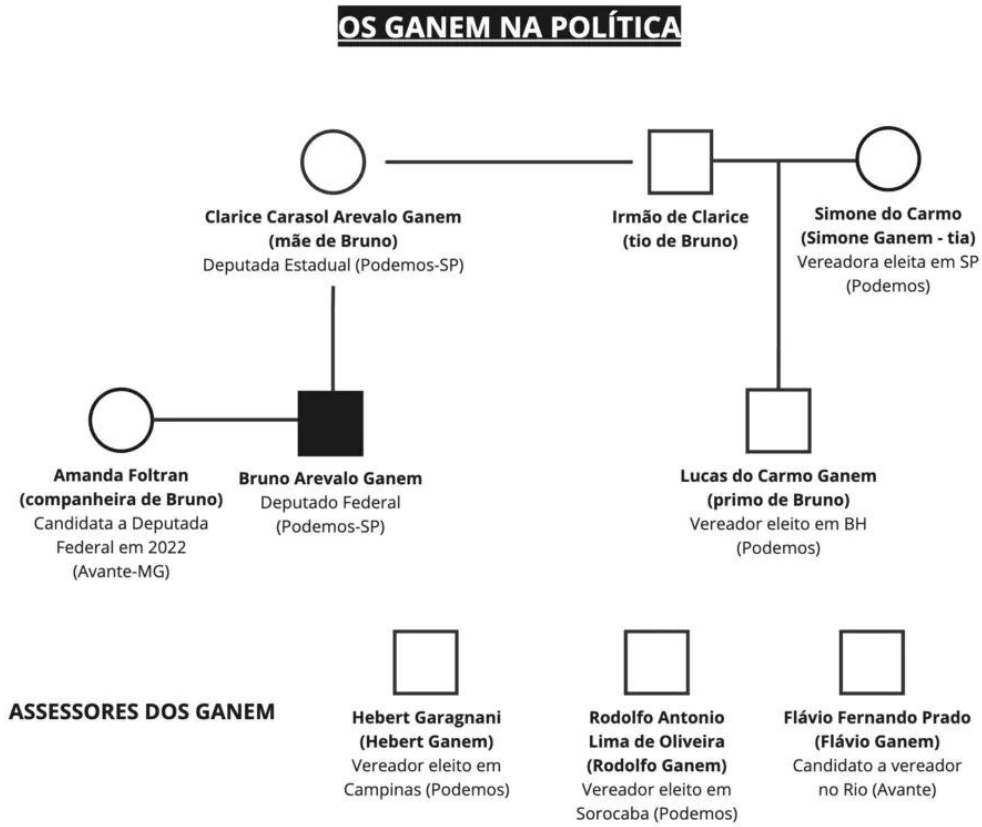
Apesar dos sucessos em São Paulo e BH, os Ganem falharam em outras cidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, o assessor Flávio Ganem (Avante) não conseguiu se eleger, mesmo contando com alto investimento do grupo – inclusive político. Flávio teve o número de urna 70.000, considerado o mais “valioso” das legendas por causa da facilidade de recordá-lo.

Em 2022, a companheira de Bruno Ganem, Amanda Beatriz Foltran, integrou a chapa de candidatos do Avante a deputados federais por Minas Gerais. Com 30 anos à época, ela também lançou mão do sobrenome "Ganem", mas não foi eleita. Embora os dados cadastrais enviados à Justiça Eleitoral, dois anos atrás, apontem Amanda como solteira, ela recebeu uma declaração de amor feita por Bruno no Instagram, no último dia 2. No post, o parlamentar a chama de "companheira de vida".

Fornecedores em comum

As prestações de contas enviadas pelos integrantes da "família Ganem" mostram, também, um padrão nas contratações de prestadores de serviços que atuaram nas campanhas. A gráfica e editora WBL, de Ferraz de Vasconcelos (SP), por exemplo, foi contratada por Bruno, Lucas, Simone, Hebert e Rodolfo. Juntos, o quinteto desembolsou cerca de R$156,3 mil para contar com o trabalho da empresa. A maior fatia do montante foi injetada por Bruno, que gastou R$ 93,2 mil — o segundo maior dispêndio em sua chapa neste ano.

Conforme levantamento de **O Fator** junto à base de dados da Justiça Eleitoral, os cinco componentes do clã contrataram os serviços de outra gráfica, a AG Click, situada em Campinas. O grupo gastou R$ 92,6 mil e, dessa vez, quem pagou o maior valor foi Simone: exatos R$ 50.810,00. Os quatro parlamentares eleitos — Simone, Lucas, Hebert e Rodolfo — lançaram mão de ao menos outros dois prestadores de serviço iguais. Na lista, está a consultoria de Comunicação Napoz. Localizada em Indaiatuba (SP), ponto de partida da trajetória política dos Ganem, a firma recebeu R$ 7,4 mil de Lucas, R$ 5,7 mil de Rodolfo, R$ 20 mil de Simone e R$ 3,8 mil de Hebert. Os futuros vereadores ainda apostaram na mesma empresa de contabilidade: a Mairinck Assessoria. Enquanto Hebert e Rodolfo desembolsaram R$ 2 mil cada, Lucas aportou R$ 5 mil. Simone, por sua vez, gastou R$ 10 mil.



‘Árvore genealógica’ mostra atuação dos Ganem na política eleitoral. Foto: Editoria de Arte/O Fator

Procurados

A primeira tentativa de contato com o vereador eleito foi em um telefone registrado em nome de Lucas Ganem, com o DDD de São Paulo, 11. A mensagem não foi respondida. Depois, uma assessora do gabinete de Clarice Ganem, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), acionada pela reportagem, encaminhou um número de DDD, 31, de Belo Horizonte, indicando que o contato seria do novo parlamentar de BH. Em pesquisa aberta na internet, o número do celular repassado pela assessora é o antigo telefone de um canil da raça *cane corso*.

No início da tarde desta terça-feira, **O Fator** enviou dez perguntas ao vereador eleito, Lucas Ganem, sobre sua vinda a Belo Horizonte, os motivos de se candidatar na capital mineira, a propriedade da residência em que declarou domicilio eleitoral e a relação com o Podemos. Ganem, inicialmente, afirmou que responderia aos questionamentos, mas que estava prestes a embarcar em um voo. Até a manhã desta quarta (16), contudo, o novo parlamentar belo-horizontino ainda não havia enviado respostas.

O Fator procurou o Podemos, legenda que abriga Bruno Ganem e os vereadores do clã, eleitos para a próxima legislatura. A reportagem encaminhou, à Secretaria Nacional de Comunicação do partido, uma série de questionamentos a fim de entender a articulação que levou Lucas Ganem a ser candidato em BH.

“São assuntos atinentes ao deputado Bruno Ganem. A executiva nacional respeita as estratégias individuais de cada parlamentar”, informou a agremiação.

O gabinete de Bruno Ganem também foi procurado mas, até o momento, também não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Lucas Ragazzi

Publisher

Lucas Ragazzi é jornalista investigativo com foco em política. Integrou o Núcleo de Jornalismo Investigativo da TV Globo e tem passagem pelo jornal

REGRAD , Ed Especial -Parceria INAC e UNIVEM , p ,dezembro de 2025

O Tempo, onde cobriu o Congresso Nacional e comandou a coluna Minas na Esplanada, direto de Brasília, e pela Itatiaia. É autor do livro-reportagem “Brumadinho: a engenharia de um crime”.

Publicado em 26 de junho de 2023 às 07:27

Municípios de Sergipe receberam mais de R$ 133 milhões via Emenda Pix de deputados federais e senadores. A falta de transparência é regra nos repasses

Mangue Jornalismo

Reportagem

ANA PAULA ROCHA e CRISTIAN GÓES, da Mangue Jornalismo

Entre os anos de 2020 e 2022, deputados federais e senadores de Sergipe despejaram mais de R$ 133 milhões nos cofres de 69 prefeituras no estado. Apenas seis municípios sergipanos não receberam essas verbas do orçamento federal que chegaram via "Emenda Pix", modalidade de transferência de recursos feita diretamente, sem exigência da assinatura de convênios, sem apresentação prévia de projetos ou anuência do Governo Federal.

Com exclusividade, a **Agência Mangue Jornalismo** mapeou e divulga os valores destinados aos municípios de Sergipe pelos parlamentares do estado através dessas transferências diretas. Saiba quanto cada deputado federal e senador usou desse expediente e quais os municípios beneficiados.

Nós entramos em contato com os deputados, ex-deputados, senadores e ex-senadores, bem como entrevistamos pesquisadores sobre orçamento público, além dos responsáveis por órgãos que representam os interesses de municípios. Também contatamos gestores municipais para entendermos como funciona do processo de pedido por emendas até a confirmação do recebimento do dinheiro e o uso desses recursos.

Dinheiro público repassado por parlamentares: simples como fazer um Pix

Sob o argumento de agilizar a transferência de recursos federais a municípios, estados e Distrito Federal, a deputada federal Gleisi Hoffman (PT-PR) propôs o que veio a ser a **Emenda** MG), ferrenho opositor do PT. Por conta dessa emenda, passou-se a registrar uma nova opção de alocação de recursos da União, a chamada "transferência especial".

Não demorou e, por meio da EC 105/2019, já a partir de janeiro de 2020, milhões de reais começaram a cair diretamente nas contas de prefeituras, governos estaduais e do Distrito Federal. Devido à extrema facilidade com que são concedidos recursos públicos por este dispositivo, a emenda passou recebeu a alcunha de "Emenda Pix".

O que chama atenção é que, para além da falta de especificação de finalidade das verbas liberadas, um ponto incluído pela deputada Gleisi Hoffman, mas suprimido completamente pelo deputado Aécio Neves no texto final da EC 105/2019, deixou as movimentações envolvendo a Emenda Pix ainda mais opacas: a definição sobre os mecanismos de monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos.

A Ong Transparência Brasil rastreou os valores, os destinatários e os parlamentares que alocaram recursos federais por meio de transferência especial. O resultado desse levantamento foi **relatório publicado no final de maio** no qual consta que, de 2020 a 2022, mais de R$ 5,97 bilhões foram empenhados por meio desta modalidade, sendo que R$ 5,55 bilhões tiveram como destino final prefeituras espalhadas por todo o país.

A Transparência Brasil registra ainda que a cifra prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) para as transferências especiais em 2023 é de R$ 6,75 bilhões, podendo chegar a R$ 7 bilhões, segundo dados do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) consultados em maio deste ano.
Dentre os problemas identificados, o documento ressalta a "desobrigação de prestação de contas pelos beneficiados", o que contribui para a falta de clareza sobre o real uso dos valores recebidos. Virtualmente, o dinheiro pode ter bancado qualquer coisa, ainda que a emenda especifique os casos nos quais é vedado o uso dos recursos de transferência especial, explicitando que só podem ser aplicados em investimentos e custeio.

Em março deste ano, **o TCU decidiu que a fiscalização sobre a aplicação das transferências especiais "é de competência do sistema de controle local"**. Ocorre que muitos desses órgãos, a exemplo do Tribunal de Contas Estadual (TCE) e do Ministério Público Estadual (MPE), possuem como funcionários familiares e amigos de gestores públicos e dos parlamentares.

Mais de R$ 133 mi chegaram aos municípios de Sergipe

A reportagem da **Mangue Jornalismo** constatou que, fora algumas exceções, a dinâmica de escolha dos municípios beneficiados em Sergipe pelos deputados federais e senadores obedeceu aos interesses diretamente relacionados aos parlamentares.

Veja aqui os valores totais repassados pelos deputados federais e senadores por Sergipe

Matérias relacionadas

"Profissão: sebista em Aracaju". Assista à videorreportagem da Mangue Jornalismo

"Ninguém comprou o rio". Empreendimento de alto padrão causa impactos ambientais na Zona de Expansão de Aracaju

"Guerreiras do lar" sem lar. As lutas da maternidade das mulheres sem moradia em Sergipe não cabem em folhetos cor de rosa da propaganda

Fonte: Dados do portal Transfere.gov (Governo Federal) compilados pela Mangue Jornalismo
Imagens: Sites oficiais da Câmara dos Deputados e do Senado sob licença Creative Commons.

Raros foram os casos nos quais o parlamentar registrou o destino de aplicação do repasse via Emenda Pix na **plataforma Transfere.gov**, na qual devem constar as informações sobre as emendas parlamentares. Também foram praticamente nulos os municípios que preencheram o relatório de gestão e anexaram os documentos comprovando as ações. A Prefeitura de Estância foi a única que se aproximou de preencher satisfatoriamente a plataforma, não tendo registrado a aplicação de apenas um repasse.

Relações familiares na cidade de Lagarto

O município sergipano mais beneficiado com recursos via Emenda Pix foi Lagarto, que recebeu mais de R$ 11,4 milhões entre 2020 e 2022. O montante chama a atenção não somente por ser alto ao ser comparado com o recebido pela segunda colocada da lista, a cidade de Itabaiana (mais de R$ 4,89 milhões), como também pelo fato de que 98% do valor de Emenda Pix veio de um único autor, o deputado federal Gustinho Ribeiro (Republicanos-SE), que é casado com a prefeita do município, Hilda Ribeiro.

Além da esposa, **a sobrinha de Gustinho, Rafaela Ribeiro, também trabalha na Prefeitura de Lagarto**, ocupando o posto de Secretária-Chefe de Gabinete. **A irmã do deputado federal, Polyana Ribeiro, foi Secretária de Saúde durante a gestão da cunhada**, e a tia, Acácia Ribeiro, foi **Secretária-Adjunta da Assistência Social do município** até seu falecimento, em abril de 2021. O pai do deputado, Luiz Augusto Ribeiro, é conselheiro do TCE-SE e **foi presidente do órgão entre 2020/2021**.

Apesar do montante milionário enviado para Lagarto, o deputado Gustinho Ribeiro não registrou na plataforma Transfere.gov quais as áreas de políticas públicas nas quais os recursos deveriam ser aplicados. No "Relatório de Gestão", a Prefeitura de Lagarto também não inseriu informações sobre as atividades realizadas com o dinheiro das transferências especiais nem documentos comprobatórios das ações, mesmo decorridos três anos do primeiro empenho feito por Gustinho, no valor de R$ 1 milhão. No relatório da Transparência Brasil, Lagarto foi citada como exemplo de falta de transparência no preenchimento da plataforma.

Questionada pela **Mangue Jornalismo** sobre se a relação de parentesco com o deputado federal do Republicanos foi fator determinante para a alocação dos recursos e em que eles foram aplicados, a prefeita de Lagarto e esposa de Gustinho, Hilda Ribeiro, não respondeu aos nossos contatos até o fechamento da reportagem.

O deputado federal também não se pronunciou sobre a falta de finalidade dos recursos na plataforma Transfere.gov e qual o critério que usou para destinar o equivalente a 68,6% de todo o valor que empenhou por transferência especial no período para o município onde a esposa é prefeita. Gustinho é presidente do colegiado da CPI das Americanas, que investiga os fortes indícios de corrupção na rede varejista. A **Mangue Jornalismo** continua aberta à manifestação dos dois.

Para 2023, já consta como "ciente" um empenho de Gustinho Ribeiro no valor de mais de R$ 10,7 milhões para Lagarto, o maior dentre todos os repasses já recebidos por cidades sergipanas via Emenda Pix.

Ampla pulverização e forte concentração

O caso de Lagarto é extremo, mas não é o único entre parlamentares sergipanos que exemplifica a concentração de repasses maiores para cidades relacionadas ao congressista que realizou a alocação do recurso.

O ex-deputado Bosco Costa (PL), por três vezes eleito para a Câmara dos Deputados, cujo

mandato mais recente foi de 2019 a 2023, foi o parlamentar sergipano que mais recursos empenhou de 2020 a 2022. Foram mais de R$ 22,4 milhões. Os dois maiores valores foram justamente para a cidade natal do político e para o município do qual ele foi prefeito, respectivamente Itabaiana e Moita Bonita. O restante do dinheiro foi, em sua maioria, pulverizado em doações menores que R$ 1 milhão dentre outras 23 prefeituras por ele favorecidas.

De todos os mais de R$ 22,4 milhões em empenhos repassados por Bosco Costa, nenhum teve definição de área declarada na plataforma Transfere.gov e apenas R$ 1,5 milhão teve relatório e documentos comprobatórios anexados pelas prefeituras beneficiadas. Entre os maiores empenhos do então deputado federal para o ano de 2023, ele destinou R$ 2,5 milhões para Muribeca (cujo prefeito também é do PL) e o mesmo valor para Malhada dos Bois. As duas cidades juntas não superam 11,4 mil habitantes e não registraram qualquer relatório ou documentos sobre o uso dos empenhos recebidos nos anos anteriores. Bosco Costa foi procurado e não respondeu às tentativas de contato da reportagem.

A ex-senadora Maria do Carmo Alves (PP) e o ex-deputado federal Valdevan Noventa (PL) também separaram para 2023 valores consideráveis – os maiores em seus históricos – para cidades a eles diretamente relacionadas. Cedro de São João, cidade natal daquela que é a única mulher a ocupar por três vezes uma cadeira por Sergipe no Senado, recebeu R$ 4,3 milhões.

Valdevan destinou R$ 5 milhões para Ribeirópolis, cidade cujo prefeito é do PP, partido que apoiou a candidatura de Bolsonaro (PL) à reeleição. **O ex-deputado teve o mandato cassado em 2022 por abuso de poder econômico**. Em seu lugar, assumiu Márcio Macêdo (PT), cujos repasses alocados em 2022 só foram recebidos em 2023 e somam R$ 2,75 milhões para sete municípios.

As informações sobre a área de destino e gestão dos recursos recebidos entre 2020 e 2022 são nulas por parte de Maria do Carmo e Valdevan. Eles também não responderam às tentativas de contato da **Mangue Jornalismo**.

Deputado por Sergipe mandou dinheiro para Santa Catarina

O deputado federal reeleito João Daniel (PT-SE), além de ter empenhado valores para 26 cidades sergipanas sem especificar para nenhuma delas as ações nas quais o dinheiro seria aplicado, também alocou R$ 250 mil para o município de Jupiá, em Santa Catarina, seu estado natal.

O deputado faz parte do grupo de 13 parlamentares que destinaram, entre 2020 e 2022, valores para municípios de estados que não são seu domicílio eleitoral. Contatada, a assessoria de João Daniel informou que ele "está participando de uma missão oficial internacional entre os dias 10 e 21 deste mês [junho]" e que só conseguirá "encaminhar as informações posteriormente". A reportagem será atualizada assim que recebermos os esclarecimentos do deputado.

O ex-deputado federal Fábio Henrique (União Brasil) e o deputado federal Fábio Reis (PSD) não deram resposta aos questionamentos da **Mangue Jornalismo** sobre os critérios de escolha de beneficiados com transferências especiais até a publicação da reportagem.

A assessoria do ex-deputado federal e atual governador de Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD), confirmou o recebimento das questões apresentadas, mas também não respondeu. O ex-deputado federal e atual senador Laércio Oliveira (PP) não retornou nossos contatos.

Para todos, a **Mangue Jornalismo** continua aberta a receber os esclarecimentos e publicará, atualizando a reportagem, assim que as manifestações chegarem. Importante, todos os questionamentos foram encaminhados com ampla margem de antecedência para esta publicação.

A Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (FAMES) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) foram indagadas, por e-mail, sobre como avaliam os três primeiros anos de aplicações via Emenda Pix e se dão algum tipo de orientação aos municípios quanto à prestação de contas. Apesar de terem confirmado o recebimento, não responderam antes do fechamento da reportagem.

Um verdadeiro nó no investimento em municípios

Em **artigo publicado no ano passado**, o advogado e especialista em orçamento público Romero Oliveira Arruda explica que os defensores da Emenda Pix argumentam que ela oferece "celeridade ao financiamento de obras e serviços, por meio da redução dos processos burocráticos que compõem os convênios públicos e outros instrumentos de repasse."

Este ponto foi ressaltado pelo senador Rogério Carvalho (PT) em entrevista à **Mangue Jornalismo**. Candidato ao governo de Sergipe no pleito passado, o congressista destaca que antes da aprovação da EC 105/2019, "as transferências com finalidade definida implicavam em um custo operacional para as prefeituras, e os recursos eram liberados em parcelas, o que acarretava em atrasos em obras e melhorias".

O senador Alessandro Vieira, que anunciou este mês saída do PSDB para o MDB, segue a mesma linha do colega de Senado. Para a **Mangue Jornalismo** ele disse que "os times técnicos de análise de projetos dos Ministérios são pequenos e com altas demandas de todo o país, o que gera, em alguns casos, morosidade para o recurso chegar na ponta", afirmou.

Como a avaliação da viabilidade dos projetos e liberação dos valores era feita via Caixa Econômica Federal – que viveu intenso processo de desmonte durante o governo de Michel Temer (MDB) – a operação se tornou bastante lenta e era onerosa para as prefeituras, que pagavam uma taxa administrativa à Caixa. "Para se ter uma ideia, encerrei meu mandato de deputado federal em 2015 e até hoje existem parcelas sendo pagas de emendas parlamentares feitas por mim, daquela época!", complementa o senador Rogério Carvalho.

Segundo dados do IBGE divulgados em 2021, cerca de 70% de todos os 5.570 municípios brasileiros possuem não mais que 20 mil habitantes. Em Sergipe, por exemplo, das 69 cidades beneficiadas com recursos via transferência especial, 45 fazem parte desse grupo. Esses municípios apresentam baixa arrecadação local e grande dependência de verbas federais, particularmente do Fundo Participativo Municipal (FPM), muitas vezes insuficiente para custear os gastos da máquina pública e ainda executar investimentos, como pavimentação de estradas, construção de escolas e realização de projetos culturais de longo prazo.

A transferência especial, portanto, seria uma solução para impulsionar a efetivação de políticas públicas principalmente no nível municipal, atendendo as cidades mais desassistidas financeiramente.

Contudo, como as emendas parlamentares impositivas (das quais fazem parte tanto a modalidade transferência especial como a transferência com finalidade definida) oferecem ao parlamentar grande liberdade na escolha de quem será favorecido, "o autor [do repasse] fica totalmente livre e à vontade para escolher os beneficiários como bem queira", sublinhou Arruda em artigo. Além disso, a determinação da aplicação dos repasses não está, por lei, atrelada a planos de trabalho maiores, vinculados a iniciativas do poder executivo estadual e federal.

Emenda Pix e o esvaziamento das políticas públicas

Uma vez que não se sabe com certeza no que foram aplicados os recursos e de que forma eles foram executados, não é possível medir o efetivo impacto dos repasses por Emenda Pix na concretização de melhorias para a população.

Perguntada pela **Mangue Jornalismo** sobre os problemas intrínsecos às transferências especiais do ponto de vista das boas práticas em políticas públicas, a pós-doutora em Administração (FGV/RJ) e procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo **Élida Graziane Pinto citou texto de sua autoria** no qual afirma que "a execução das emendas parlamentares é marcada [...] pela descontinuidade nos serviços públicos, haja vista a falta de critérios que priorizem as obras já em andamento e os projetos inscritos no planejamento das políticas

públicas."

O senador Alessandro Vieira esclareceu que, para fazer da destinação de todos os seus repasses por emendas parlamentares algo eficaz e colocar para a sociedade a decisão de como aplicá-los, lançou já em seu primeiro ano de mandato, em 2019, o Programa de Emendas Participativas, também adotado por outros parlamentares, como os deputados federais **Glauber Braga** (PSOL-RJ), **Túlio Gadêlha** (Rede-PE) e **Marina Helou** (Rede-SP). Por meio de edital aberto, os municípios sergipanos inscrevem propostas de projetos para receberem os recursos federais.

"O edital determina alguns critérios como: impacto social e/ou ambiental, relevância e aderência com a realidade local. Na segunda fase do Programa, com votação popular, a escolha é feita pela sociedade. Em 2022 mais de 65 mil sergipanos e sergipanas votaram e escolheram os projetos que este ano estão sendo beneficiados com nossas emendas", explicou o senador. O próximo edital será lançado em julho deste ano.

A inscrição no projeto implica o aceite da prefeitura em relação ao "monitoramento que é feito pelo nosso mandato, incluindo o contato periódico com o executor, análise de documentos e visita técnica." Ainda assim, algumas das cidades beneficiadas pelo senador via Emendas Pix em 2022 e este ano não constam como contempladas nos resultados dos respectivos editais.

Em março deste ano, uma **portaria interministerial** apoiada por Alessandro Vieira passou a exigir definição prévia de áreas de aplicação no sistema Transfere.gov para aprovar alocações via transferência especial. Com a aproximação das eleições municipais de 2024, as emendas parlamentares, particularmente a modalidade transferência especial, podem ser decisivas para o avanço ou encolhimento do poder de grupos políticos na esfera estadual e federal.

Veja os valores por município da Emenda Pix enviadas pelos parlamentares entre 2020 e 2022

Pesquise o município ou parlamentar

Município	Valor	Parlamentares
Lagarto	R$ 11.469.682,00	Gustinho Ribeiro e Alessandro Vieira
Itabaiana	R$ 4.897.768,00	Bosco Costa, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira
Moita bonita	R$ 4.440.000,00	Bosco Costa, Alessandro Vieira, Gustinho Ribeiro e Laércio Oliveira
Canindé do São Francisco	R$ 4.430.000,00	João Daniel, Rogério Carvalho e Valdevan Noventa
Capela	R$ 4.200.000,00	Fábio Henrique e Gustinho Ribeiro
Tobias Barreto	R$ 3.958.384,00	João Daniel, Rogério Carvalho, Bosco Costa, Gustinho Ribeiro e Alessandro Vieira
Nossa Senhora das Dores	R$ 3.500.682,00	Bosco Costa, Valdevan Noventa, Alessandro Vieira e João Daniel

1 / 7

Fonte: Dados do portal Transfere.gov (Governo Federal) compilados pela Mangue Jornalismo